



## RESOLUÇÃO

### **REIVINDICAR, SINDICALIZAR, ORGANIZAR, LUTAR** **MAIS DIREITOS, MAIS FUTURO PARA A JUVENTUDE TRABALHADORA**

O País vive hoje uma nova realidade política. A luta dos trabalhadores e do povo nos últimos quatro anos, com um contributo inestimável da Juventude Trabalhadora, levou à derrota do governo e da coligação PSD/CDS-PP e à existência de uma nova correlação de forças na Assembleia da República, com uma maioria de deputados do PS, BE, PCP e PEV.

No novo quadro político, tomou posse um Governo minoritário do PS, que actua na base do seu próprio Programa, sendo indispensável a intervenção e a proposta dos partidos que contribuíram para a solução política existente, com vista à interrupção do rumo de exploração e desastre económico e social, intensificado pelo Governo PSD/CDS-PP, bem como à reposição e conquista de direitos e rendimentos.

Nesta nova fase da vida política nacional, a luta dos trabalhadores permitiu já alcançar alguns avanços, nomeadamente: o aumento do abono de família para crianças e jovens; a gratuidade dos manuais escolares do 1º ano do 1º ciclo e o fim dos exames dos 4º e 6º anos do ensino básico; a recuperação dos 4 feriados roubados; o aumento (ainda que insuficiente) do salário mínimo nacional; o fim dos cortes salariais e a reposição das 35 horas para os trabalhadores em funções públicas; o apoio extraordinário a desempregados de longa duração; a eliminação faseada da sobretaxa do IRS; a reversão de processos de privatização ou concessão das empresas públicas de transportes de Lisboa e do Porto, entre outros exemplos.

Mas é necessário ir mais longe. Para isso, é necessário: reivindicar, sindicalizar, organizar, lutar.

#### **Contra a Precariedade, Exigimos Estabilidade!**

A par do desemprego, a precariedade é um dos maiores flagelos que atingem a juventude, um expediente do capital para fazer baixar as condições de trabalho e manter um exército de mão-de-obra disponível e vulnerável.

Assumindo expressões diversas, a precariedade toma conta, bem cedo, da vida dos jovens, seja no uso e abuso, frequentemente fraudulento, de estágios profissionais, seja já no quadro de uma relação de trabalho formal, que se replica anos sem fim. Com a precariedade - antecâmara do desemprego - os jovens trabalhadores são especialmente afectados pelos baixos salários e vítimas da pressão e da chantagem patronal para a não efectivação dos seus direitos. Sem independência económica nem condições de estabilidade pessoal, os jovens adiam constituição de família, e são, muitas vezes, levados a abandonar o seu País.

A luta conduzida pelos sindicatos da CGTP-IN contra a precariedade tem alcançado importantes vitórias, em várias empresas e locais de trabalho, traduzidas na passagem ao

quadro de efectivos de um largo número de trabalhadores com vínculo precário (cerca de 600, só nos primeiros meses de 2016). Uma luta que implica o reforço da acção e das dinâmicas reivindicativas e que é de todos, pois diz directamente respeito à valorização do trabalho de todos e à garantia de futuro para o nosso País.

Assim, a INTERJOVEM/CGTP-IN, contribuindo para o esclarecimento, mobilização e luta dos jovens trabalhadores:

- Intervirá, juntamente com as comissões de jovens de cada sindicato, de forma específica, no quadro da “Campanha Nacional contra a Precariedade, pelo Emprego com Direitos”, lançada pela CGTP-IN;
- Agirá em defesa dos direitos e garantias dos jovens e pela passagem ao quadro de todos os que ocupem postos de trabalho de natureza permanente, incluindo dos que se encontrem em situação de falsos recibos verdes, com contratos de emprego-inserção (CEI) ou de estágio;
- Continuará a dar combate a tendências para a desvalorização do potencial de intervenção dos trabalhadores com vínculo precário;
- Bater-se-á pela adopção de um plano nacional de combate à precariedade, no sector privado e na Administração Pública, e por alterações legislativas que impeçam a celebração de contratos precários para satisfação de necessidades permanentes das empresas e serviços.

### **Mais Sindicalização!**

Desde a última Conferência da INTERJOVEM/CGTP-IN, foram mais de 16 mil os jovens que se juntaram aos sindicatos da CGTP-IN, dando mais força à luta e reforçando o carácter unitário, de massas e de classe da nossa Central. Neste período, foram perto de meio milhar os que assumiram a responsabilidade de serem delegados sindicais. Uma direcção de trabalho que é necessário continuar a implementar - com a sindicalização de mais jovens -, essencial para o reforço dos sindicatos da CGTP-IN e da acção para a superação dos problemas que afectam a juventude trabalhadora.

Assim, a INTERJOVEM/CGTP-IN intervirá a todos os níveis da estrutura para:

- Que os sindicatos, no quadro da sua intervenção própria e da acção sindical integrada, inscrevam metas específicas para a sindicalização de jovens, independentemente do seu vínculo laboral, tendo como perspectiva atingir, até 2020, um mínimo de 20 000 novas sindicalizações de jovens trabalhadores;
- A dinamização da resposta aos seus problemas específicos, com inclusão das suas reivindicações nos cadernos reivindicativos, envolvendo-os, em pé de igualdade com os demais trabalhadores, nas lutas a realizar.

### **Mais organização!**

As comissões de jovens são um elemento essencial da intervenção e reflexão própria dos sindicatos, assim como a INTERJOVEM/CGTP-IN é uma organização, que pelas suas características de intervenção, de reflexão e de quadros, aprofunda a intervenção, desenvolve práticas e sentido de militância e prepara quadros para a intervenção mais geral dos sindicatos.

Ao longo dos anos, muitos jovens têm-se destacado em processos de luta nos seus locais de trabalho, fazendo valer os seus direitos, prestigiando-se e conquistando a confiança dos seus camaradas de trabalho. Muitos deles têm assumido tarefas e responsabilidades aos

vários níveis da estrutura, dando um contributo importante para o rejuvenescimento do Movimento Sindical Unitário.

Neste quadro, a 8ª Conferência Nacional da INTERJOVEM/CGTP-IN define as seguintes prioridades organizativas:

- Definição de um responsável pelo trabalho com a juventude no âmbito de cada sindicato, união e federação;
- Criação de mais comissões de jovens, com intervenção própria, fundada em objectivos concretos, com vista ao desenvolvimento da intervenção dos sindicatos junto desta camada específica;
- Aprofundamento da análise e da reflexão sobre os problemas específicos e as aspirações da juventude trabalhadora, contribuindo, a partir dos sindicatos e das suas comissões de jovens - e do conhecimento que detêm da realidade nos locais de trabalho - para a definição de linhas de trabalho próprias e para o reforço, do papel e da acção da INTERJOVEM/CGTP-IN, junto da juventude trabalhadora e nas diversas instâncias de participação e representação institucional em que participa.
- Reforço da organização sindical, através da eleição, até 2020, de uma meta mínima de 800 novos delegados sindicais jovens (com menos de 30 anos), e consideração da inclusão nas listas de candidatura para as direcções sindicais de, pelo menos, dois quadros com menos de 30 anos, assegurando o rejuvenescimento e a aposta em novos quadros sindicais;
- Formação teórica e orientada para a acção prática e de classe dos quadros sindicais jovens.

### **Mais Luta!**

A luta nos locais de trabalho e nas ruas é o eixo essencial da acção transformadora e de classe. Os sindicatos da CGTP-IN são, por isso, o espaço natural de participação e pertença dos jovens trabalhadores. Mesmo jovens trabalhadores que ainda não deram o passo da sindicalização, encontram nesses sindicatos e na CGTP-IN o seu espaço de intervenção e luta, participando e reforçando as muitas acções desenvolvidas em defesa dos seus direitos e aspirações e por melhores condições de vida e de trabalho.

A INTERJOVEM/CGTP-IN tem tido um papel determinante na afirmação das reivindicações da juventude, desde logo, na organização e dinamização da participação na Manifestação Nacional, que se realiza todos os anos para assinalar o Dia Nacional de Juventude.

Assim, a 8ª Conferência Nacional da INTERJOVEM/CGTP-IN considera essencial que os sindicatos da CGTP-IN:

- Continuem a assinalar, com grandes acções combativas e de massas o dia 28 de Março como Dia Nacional da Juventude, afirmando as reivindicações dos jovens trabalhadores;
- Tenham em conta as reivindicações da juventude em cada local de trabalho e contemplem, nos cadernos reivindicativos, essas mesmas propostas, desde logo, as que envolvam a passagem ao quadro dos trabalhadores que desempenhem funções de carácter permanente;
- Desenvolvam uma linha de intervenção, que garanta a divulgação e o conhecimento, pelos jovens, dos direitos inscritos na contratação colectiva aplicável em cada empresa/local de trabalho e que, no quadro da negociação, conduza ao seu envolvimento e participação na luta pelo aprofundamento e

melhoria dos direitos.

- Dinamizem a participação organizada dos jovens trabalhadores, a partir da intervenção própria dos seus dirigentes e activistas e das comissões de jovens do respectivo âmbito, nas diversas acções de luta promovidas pela CGTP-IN.

### ***Defender direitos!***

A luta pela defesa dos direitos dos trabalhadores e, designadamente, dos jovens trabalhadores, teve, em particular nos últimos anos de brutal intensificação da ofensiva contra direitos sociais e laborais, uma elevada e diversificada expressão de massas. Uma luta que se confirmou fundamental para defender a contratação colectiva, o emprego, os salários, os horários e outras condições de trabalho e para interromper o rumo de desastre económico e social.

Nesse sentido, a INTERJOVEM/CGTP-IN, defende e bater-se-á por:

- Reforço da luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, e nomeadamente, dos jovens trabalhadores;
- Medidas concretas de combate à precariedade e ao desemprego, com vista à realização do pleno emprego consagrado na Constituição da República Portuguesa e inscrito em normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- Combate a tentativas de despedimento na Função Pública e desenvolvimento de uma política de valorização do emprego e do trabalho com direitos, em particular do emprego Jovem;
- Continuar a luta pela valorização, divulgação e defesa da contratação colectiva.
- Uma acção mais eficaz da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), na promoção da estabilidade e segurança no emprego e de combate às infracções e ilegalidades patronais;
- Cumprimento dos direitos de maternidade e paternidade e o fim de todas as discriminações no emprego, designadamente, em função do sexo;
- Reforço da fiscalização e dos meios, por parte das entidades competentes, nomeadamente, no que se refere à segurança no emprego das trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes;
- Abandono definitivo dos processos de municipalização e de privatização de serviços e funções sociais do Estado, seja na saúde, na educação, na cultura ou noutros domínios.

### ***Repor direitos!***

A luta dos trabalhadores e a sua expressão nas urnas derrotou o PSD e o CDS-PP e a política de exploração e empobrecimento. Derrota que se tem de efectivar com a continuação da reposição dos direitos roubados e a efectivação do direito de todos ao trabalho com direitos.

A INTERJOVEM/CGTP-IN irá envolver-se e travar todas as batalhas para:

- A revogação da norma do Código do Trabalho que permite a contratação a termo de jovens à procura do primeiro emprego e de desempregados de longa duração, independentemente da natureza do posto de trabalho, bem como em outras situações previstas em legislação especial de política de emprego;
- A revogação das demais normas gravosas do Código de Trabalho e da Lei Geral do

- Trabalho em Funções Públicas, designadamente, contribuindo e participando, de forma activa, na recolha de assinaturas para a Petição que a CGTP-IN está a promover em defesa da contratação colectiva;
- Pôr fim à desregulação dos horários e pela efectivação das 35 horas de trabalho semanal para os trabalhadores da Administração Pública com contrato individual de trabalho;
  - A admissão de trabalhadores para os serviços da Administração Pública através da relação de Emprego Público, que confira estabilidade, segurança e direitos, para o exercício de funções próprias dos serviços de natureza permanente;
  - Alterar a lei da habitação, nomeadamente das normas nefastas da chamada “lei dos despejos”, criando medidas de efectivo apoio à habitação jovem;
  - O descongelamento dos salários e das progressões nas carreiras profissionais na Administração Pública e no Sector Empresarial do Estado (SEE) e a reposição das carreiras profissionais extintas.

### ***Conquistar direitos!***

É necessário, no novo quadro político, avançar para a conquista de direitos que não só revertam medidas tomadas por governos anteriores como permitam um verdadeiro progresso social. Medidas também no domínio da fiscalidade, que tributem quem mais tem, promovendo uma maior justiça fiscal, e opções de política que impliquem uma verdadeira ruptura com a política de direita e com os constrangimentos externos ao desenvolvimento soberano do País.

Assim, a 8ª Conferência Nacional da INTERJOVEM/CGTP-IN exige:

- O aumento real dos salários e, desde já, para 2017, em, pelo menos, 4% e um acréscimo salarial não menor que 40€/mês;
- O aumento do salário mínimo nacional para 600€, com efeitos a 1 de Janeiro de 2017 e a sua elevação progressiva em 1 de Janeiro de cada ano;
- As 35 horas de trabalho semanal para todos os trabalhadores;
- O direito a 25 dias de férias anuais;
- A reposição do direito de negociação e de contratação colectiva revogando a norma da caducidade das convenções colectivas de trabalho e reintroduzindo o princípio do tratamento mais favorável do trabalhador;
- O investimento no sector da saúde e da educação, de modo a assegurar a prestação de serviços públicos universais, gerais e de qualidade;
- A defesa da Segurança Social Pública, Universal e Solidária e a adopção de medidas de reforço da sua sustentabilidade financeira, incluindo a diversificação das suas fontes de financiamento, bem como a reposição da idade de acesso legal à reforma aos 65 anos e a revogação do factor de sustentabilidade;
- A dinamização do investimento público e a modernização e diversificação do sector produtivo, indispensáveis para combater o desemprego e criar emprego estável e de qualidade;
- A rejeição do Tratado Orçamental e de outros mecanismos de submissão da UE e a renegociação da dívida pública do País, no que respeita ao seu montante, prazos, juros e condições de pagamento.

Lisboa, 21 de Outubro de 2016

A 8ª CONFERÊNCIA NACIONAL DA INTERJOVEM/CGTP-IN